
FTGESP NEWS // Gráficos aguardam investigação da PF sobre a autofalência da multinacional RR Donnelley em SP e SC

, 31 Maio 2019 - 00:40:00

Nesta sexta-feira (31), completa dois meses do mecanismo "fraudulento" usado pela multinacional RR Donnelley (RRD) para fechar suas unidades no Brasil e sem o pagamento de um único dos 960 trabalhadores no país, e sem ser incomodado por nenhuma autoridade, apenas pelos sindicatos.

O mecanismo usado foi a autofalência, diferente do também controverso processo da Recuperação Judicial (RJ) utilizado pela editora Abril, mesmo em ambos os casos tais empresas/donos tendo bilhões em outros países. Eis aí uma das justificativas desses mecanismos usados pela RRD e pela Abril de serem classificados como "fraudulentos" pelos 960 demitidos da RRD no Brasil e os 1.254 da Abril, já que eles continuam sem receberem os seus direitos. Por sinal, hoje faz 23 dias, que parte deles, liderada pelo movimento sindical, foi até a Polícia Federal (PF) em São Paulo. Lá pediram para que o Ministério da Justiça abra a investigação junto à direção da RRD no país e na matriz, nos EUA. Uma apuração rigorosa é mais que necessária e urgente dada às situações, como a possível vinda do presidente da RRD ao país, três dias antes do anúncio da autofalência no Brasil, liberando do caixa da empresa R\$ 50 milhões para os bancos internacionais credores.

Os demitidos da RRD e da Abril, no último dia 8 após protesto em frente da Abril e depois na frente da Polícia Federal em SP, protocolaram um **pedido de abertura de investigação**. Representados pela Federação Paulista dos Gráficos (Ftigesp) e o Sindicato dos Gráficos (STIG) de Barueri/Osasco, o pedido dos trabalhadores foi direcionado para o diretor Regional da PF, Lindinalvo Almeida. Sob o protocolo 08500.020135/2019-81, foi solicitado que o ministro da Justiça brasileira, Sérgio Mouro autorize a investigação. E que elabore um Projeto de Lei para criminalizar as empresas nacionais ou multinacionais que transferem seus lucros para outros países para se livrarem da obrigação de pagarem os empregados através do fraudulento mecanismo da autofalência ou do processo de Recuperação Judicial (RJ).

"A RRD (com autofalência no Brasil) e a Abril (com a RJ em andamento) têm bilhões em outros países, mas se protegeram por tais mecanismos para não usarem pequena parte do seu recurso para pagar trabalhadores. A dívida com os 1.254 demitidos da Abril representa, por exemplo, só 1% da fortuna em 2016 dos donos (irmãos Civita) da editora até bem pouco tempo. A fortuna era de R\$ 3,3 bilhões de dólares, como revelou a Forbes. É preciso criminalizar todas as empresas que premeditam o esvaziamento do referido caixa financeiro/patrimonial e intencionalmente, na sequência, pedem RJ ou autofalência, sem a justiça considerar essas transferências na hora da obrigação do pagamento de seus trabalhadores", diz Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp e da Confederação Nacional dos Gráficos.

Antes da RJ da Abril em meados de 2018, **os Civita venderam por R\$ 1,3 bilhão a Abril Educação**, que fazia parte do grupo econômico da editora. O dado foi revelado pela investigação do Ministério Público do Trabalho. O órgão também mostrou que os acionistas da editora levaram para casa R\$ 117,6 milhões de 2013 a 2017. Depois de preservado os seus capitais diante do

esvaziamento no caixa da Abril, a empresa pede Recuperação Judicial e assim demonstra não ter condições de pagar os trabalhadores.

"Não esqueçamos ainda da suspeita retirada de R\$ 50 milhões do caixa da RRD para os bancos internacionais, três dias antes da autofalência da gráfica no Brasil. O processo de autofalência da RRD e a RJ da Abril é ou não um premeditado mecanismo fraudulento? Mouro precisa mandar logo a PF investigar", espera Del Roy e Joaquim Oliveira, presidente do STIG, sindicalistas que subscreveram o pedido de abertura de investigação do governo brasileiro, através do Ministério de Justiça e Segurança Pública.